

CRIANDO CONSCIÊNCIA CRÍTICA: O PAPEL DAS HQS NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING E AO PRECONCEITO

Rafael Felipe Sousa Antunes ¹

RESUMO

Este estudo explora o potencial das histórias em quadrinhos (HQs) como ferramenta pedagógica interdisciplinar no combate ao bullying, racismo e cyberbullying em escolas. Baseando-se na natureza multimodal e lúdica das HQs, a pesquisa demonstra como elas facilitam a assimilação de conteúdos complexos e aumentam o engajamento dos alunos, superando limites de materiais tradicionais. Alinhada à BNCC, que reconhece as HQs como recurso didático, a investigação responde à demanda por metodologias inovadoras que integrem aprendizagem e desenvolvimento socioemocional. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos da pesquisa participante e da pesquisa-ação, sendo realizada com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola privada localizada no Espírito Santo (Escola Alternativa Lago dos Cisnes – COOPESMA), durante o primeiro trimestre de 2025. As etapas incluíram: (1) planejamento de atividades sobre preconceito e diversidade; (2) debates e criação de HQs com ferramentas de IA; (3) observação do engajamento; e (4) análise reflexiva. Os resultados revelaram que as HQs promovem criticidade, criatividade e pensamento ético, além de facilitarem discussões sobre temas sensíveis. Como produto, os alunos elaboraram a cartilha “Respeito e Diversidade: Juntos Contra o Preconceito”, reunindo narrativas que se mostraram um recurso pedagógico replicável. Conclui-se que as HQs, aliadas a tecnologias digitais, são estratégias eficazes para aprendizagem ativa e reflexão ética, alinhadas a uma educação inclusiva e interdisciplinar. A pesquisa evidencia seu potencial transformador em ambientes escolares, destacando a importância de abordagens inovadoras para enfrentar desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Histórias em quadrinho, Bullying, Interdisciplinaridade, Tecnologia educacional

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a busca por metodologias de ensino inovadoras têm desafiado os docentes a aprimorar suas práticas sem perder seu papel fundamental na construção do conhecimento. Como destaca Cortella (2006), o professor deve auxiliar o aluno a desenvolver habilidades como questionar, errar, criar e imaginar. No entanto, um dos obstáculos enfrentados é a falta de atratividade dos livros didáticos tradicionais, cujos exercícios frequentemente apresentam pouca relação com o cotidiano dos estudantes (Cavalcante et al., 2019). Nesse contexto, as Histórias em Quadrinhos (HQs)

¹ Mestre em Ensino na Educação Básica, pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES/CEUNES, www.rfsa.freela@gmail.com



emergem como um recurso pedagógico valioso, unindo potencial educativo e entretenimento (Carvalho; Martins, 2009; Diniz; Figueiredo, 2015).

As HQs passaram por significativas transformações nos últimos anos, não apenas em sua forma, mas também em seu reconhecimento como ferramenta educativa (Vergueiro, 2007). Diferentemente dos métodos tradicionais, muitas vezes rígidos, elas permitem alcançar objetivos instrutivos e educacionais (Xavier, 2017), além de cativar o interesse dos alunos por meio de uma linguagem acessível e envolvente (Souza et al., 2020). Como um dos meios de comunicação de massa mais difundidos, as HQs são, para muitas pessoas, o primeiro contato com a leitura, o que as torna um material de ensino relevante (Cavalcante et al., 2019). Suas características — como formato visual, enredo simples, apelo gráfico e linguagem coloquial — facilitam a assimilação de conteúdos e promovem a catarse e o desenvolvimento cognitivo (Testoni; Abib, 2003; Pessoa, 2008).

Definidas como um gênero narrativo que combina linguagem verbal e não verbal (Palhares, 2010), as HQs — também conhecidas como bandes dessinées, comics ou gibis — consolidaram-se como um dos meios de fabulação visual mais populares do mundo (Patati; Braga, 2006). Sua origem remonta às representações gráficas das cavernas pré-históricas, mas sua forma contemporânea está ligada ao jornalismo moderno, que as popularizou (Goida, 2011; Vergueiro, 2012). No Brasil, por muito tempo foram vistas como uma manifestação artística inferior, e os estudos acadêmicos sobre o tema só ganharam força a partir da década de 1990, impulsionados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Moura, 2012).

Atualmente, as HQs são incentivadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que as reconhecem como recurso didático-pedagógico (Brasil, 2017). Inicialmente associadas ao ensino de Língua Portuguesa (Cândido, 2012), seu uso expandiu-se para outras áreas do conhecimento (Cordeiro; Cardozo; Silva, 2019). Sua aplicação em sala de aula estimula o entusiasmo dos estudantes, aguça a curiosidade e desenvolve o senso crítico (Vergueiro, 2012).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo explorar o potencial das histórias em quadrinhos (HQs) como ferramenta pedagógica multimodal e interdisciplinar, por meio de um relato de experiência. Busca-se refletir sobre as implicações dos atos preconceituosos presentes na sociedade, com foco em temas como bullying, racismo, etarismo, preconceito religioso e cyberbullying – questões



recorrentes que têm afetado o ambiente escolar, muitas vezes de forma velada. Como produto final, será apresentada uma cartilha educativa intitulada *"Respeito e Diversidade: Juntos Contra o Preconceito"*, produzida pelos alunos que sintetiza os resultados deste trabalho e oferece recursos para discussões em sala de aula.

METODOLOGIA

Este relato de experiência foi desenvolvido com base na vivência ocorrida no contexto de uma escola particular no município de São Mateus, Espírito Santo - Escola Alternativa Lago dos Cisnes (COOPESMA) -, com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais, durante o primeiro trimestre do ano letivo de 2025. A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa foi qualitativa, conforme adotado por Bogdan e Bilken (1994) com foco na descrição detalhada e interpretação reflexiva das ações educativas realizadas, observações e aprendizados adquiridos ao longo da prática.

Para a construção deste relato de experiência levou-se em consideração os pressupostos da pesquisa participante, que segundo Brandão (1981), valoriza o envolvimento direto do pesquisador com o grupo estudado, e da pesquisa-ação, entendida por Thiollent (2003) como processo dinâmico de investigação que busca transformar uma realidade por meio da ação reflexiva. Ambas as abordagens se mostram coerentes com a natureza da prática educativa relatada, pois os pesquisadores estiveram ativamente envolvidos em todas as etapas da experiência.

As etapas principais da experiência incluíram: (1) planejamento das ações; (2) execução prática; (3) produção de histórias em quadrinhos com o auxílio de inteligência artificial; (4) observação e registro e; (5) análise reflexiva à luz de referenciais teóricos sobre práticas pedagógicas críticas e tecnologia educacional, destacando os avanços observados em termos de engajamento, sendo crítico e autonomia dos alunos, conforme apresentado por Tripp (2005).

REFERENCIAL TEÓRICO

O POTENCIAL PEDAGÓGICO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

As histórias em quadrinhos (HQs), tradicionalmente ligadas ao entretenimento, consolidaram-se como ferramentas pedagógicas eficazes, pois integram linguagem verbal e visual e favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e



sociais (Lima et al., 2022; Zagkotas, 2025). Segundo Carvalho e Martins (2009), a combinação de texto e imagem facilita a compreensão de conceitos complexos, estimula a criatividade e promove o engajamento.

No Brasil, a legitimação acadêmica ocorreu com os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, que reconheceram o valor pedagógico das HQs (Brasil, 2017). Embora inicialmente restritas ao ensino de língua portuguesa, expandiram-se para ciências, matemática e biologia, pela capacidade de contextualizar conteúdos abstratos (Lima et al., 2022). A resistência inicial, vista como “cultura de massa” em oposição à “cultura erudita”, foi superada por evidências de eficácia na motivação e aprendizagem (Vergueiro, 2012).

De acordo com Testoni e Abib (2003), as HQs possuem três características principais como ferramentas pedagógicas: (1) o lúdico; (2) a linguagem verbo-visual; (3) o cognitivo.

No aspecto lúdico, Huizinga (2001) afirma que o jogo é inerente às HQs. Elas exploram sistemas linguísticos próprios, regras de leitura e códigos que interagem com o leitor (Testoni; Abib, 2003), utilizando ideogramas e narrativas que equilibram arte e ludicidade (Quella-Guyot, 1994). A catarse, elemento formador da atividade lúdica, promove uma experiência libertadora, facilitando a assimilação espontânea do conhecimento (Ramos, 1997). Para Zagkotas (2025), a narrativa sequencial reduz a tensão da aprendizagem e estimula habilidades socioemocionais como empatia e autorregulação.

Quanto à linguagem verbo-visual, Almeida (2019) destaca que a combinação texto-imagem representa conceitos de forma multimodal, favorecendo a compreensão, sobretudo de alunos com dificuldades de leitura (Silva, 2015). Essa abordagem semiótica forma uma estrutura única e indissociável (Machado, 1999). O texto incorporado aos quadrinhos complementa o que a imagem não mostra, criando uma lógica narrativa e transformando texto e imagem em um sistema dinâmico (Quella-Guyot, 1994).

No campo cognitivo, a leitura de HQs exige decodificação, inferência e síntese, fundamentais ao pensamento crítico (Testoni; Abib, 2003; Catonio; Muniz, 2014). A criação de HQs ainda estimula pesquisa, organização de ideias e expressão criativa, mobilizando análise, síntese, classificação e decisão (Testoni; Abib, 2003; Lima et al., 2022).



BULLYING ESCOLAR E LEGISLAÇÃO

O bullying escolar é um fenômeno complexo e multifacetado, caracterizado como violência sistemática entre pares e considerado questão social que demanda intervenções multidisciplinares (Fante, 2012; Silva et al., 2024). A Lei nº 13.185/2015 define-o como "todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente [...] em uma relação de desequilíbrio de poder" (Brasil, 2015). Essa definição corresponde a cinco elementos principais: relação entre pares, intenção de causar dano, repetição, ausência de motivação aparente e desequilíbrio de poder (Olweus, 1993; Fante, 2012).

O bullying pode se manifestar de forma direta (agressões físicas, verbais ou gestuais), indireta (isolamento social, difamação) e virtual (cyberbullying) (Silva et al., 2025; Guimarães, 2025). Cerca de 25% dos estudantes brasileiros relatam ter sofrido bullying, sendo 13,2% vítimas de cyberbullying (Malta et al., 2019). As consequências atingem vítimas, agressores e testemunhas, envolvendo depressão, ansiedade, comportamentos suicidas, dificuldades de relacionamento, propensão a condutas antissociais, medo e culpa (Mansur; Portugal, 2025; Oliveira et al., 2019).

No campo jurídico, a proteção iniciou-se com princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, CF/88), o direito à educação (Arts. 205 e 206, CF/88) e a proteção integral à criança e ao adolescente (Art. 227, CF/88) (Brasil, 1988). O ECA (Lei nº 8.069/1990) consolidou a defesa contra violências, e a LDB (Lei nº 9.394/1996) incluiu valores de respeito e tolerância (Brasil, 1990; 1996).

O marco legal específico surgiu com a Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, seguido pela Lei nº 13.663/2018, que incluiu a prevenção da violência nos projetos pedagógicos (Brasil, 2015; 2018). Mais recentemente, a Lei nº 14.811/2024 criminaliza o bullying e o cyberbullying, prevendo penas específicas e reforçando ações educativas (Brasil, 2024; Silva et al., 2025).

Quanto à responsabilidade civil, as escolas privadas se submetem à responsabilidade objetiva pelo CDC (Guimarães, 2025; TJDF, 2015). Nas públicas, parte da jurisprudência aplica a Teoria do Risco Administrativo (art. 37, §6º, CF/88), enquanto outra exige comprovação de culpa (Teoria da Culpa do Serviço) (Guimarães, 2025). Em qualquer caso, é consenso que as instituições devem proteger a integridade física e psíquica dos alunos, promovendo políticas de convivência, formação docente, espaços de diálogo e cultura de paz, sob pena de indenização por danos (Fante, 2012; Silva et al., 2024).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise aqui apresentada examina a elaboração da cartilha “Respeito e Diversidade: Juntos Contra o Preconceito” alinhadas aos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados anteriormente, destacando como a integração entre disciplinas, a mediação docente e o protagonismo estudantil contribuíram para a criação de um material que não apenas sensibiliza, mas também informa sobre direitos e deveres legais.

A abordagem interdisciplinar envolvendo as disciplinas de Língua Inglesa, Filosofia e Língua Portuguesa foi fundamental para a elaboração do material. A Filosofia atuou como parte problematizadora dos conceitos como justiça e igualdade articulando-se diretamente com Língua Portuguesa na produção de narrativas que desafiam estereótipos, enquanto a Língua Inglesa ampliou o diálogo para contextos globais. A integração entre essas disciplinas permitiu que a cartilha fosse para além da mera conscientização, uma vez que incorporou de modo direto/indireto aspectos jurídicos. Fato esse possível de se observar em “Cyberbullying” onde há a menção direta à Lei nº 13.185/2015 (Programa de Combate à Intimidação Sistemática), menção indireta à Lei nº 14.881/2024 (que criminaliza o bullying o cyberbullying), ao direito à saúde mental presente no Artigo 195 das Constituição Federal e ao Código Penal que discorre sobre crimes virtuais, reforçando a gravidade do assédio digital, alinhando-se ao debate sobre responsabilidade civil das escolas (Guimarães, 2025).

Ademais é também possível observar menção direta à Lei nº 13.185/2015 em “In the twisted halls of Mortwood School” e menção indireta em “The power of empathy”.

Do ponto de vista pedagógico foi possível observar o exposto por Testoni e Abib (2003) e Zagkotas (2025) quando apontam os três pilares do potencial educativo das histórias em quadrinhos.

No que diz respeito à ludicidade, a cartilha aproveita o caráter lúdico das HQs para abordar temas ditos densos, como racismo e cyberbullying, sem perder o engajamento. Possível observar em “The Power of Empathy” que transforma uma cena de bullying em uma narrativa catártica, onde a empatia é a solução, corroborando com Ramos (1997) sobre a catarse como facilitadora da aprendizagem. Por fim, no que diz respeito à cognição e criatividade, a criação das HQs demandou pesquisa, síntese e representação gráfica de conceitos abstratos, levando os alunos a desenvolver



pensamento crítico, competência prevista, por exemplo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A metodologia participativa, tal como descrita no artigo, permitiu que tanto os alunos quanto os docentes se envolvessem no processo de criação da cartilha. Com os primeiros sendo criadores ativos e não apenas como receptores passivos o que corrobora com Vergueiro (2012) quando este afirma que o uso de HQs em sala de aula promove autonomia e identificação com os temas trabalhados e, Valente (2005) quando este aponta a mediação tecnológica como ferramenta facilitadora de produção e criatividade como visto nos diferentes estilos de HQs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência pedagógica com histórias em quadrinhos, tecnologia educacional e temas transversais mostrou o potencial da educação inovadora para formar estudantes de maneira integral. A cartilha “Respeito e Diversidade: Juntos Contra o Preconceito” promoveu escuta, criação e protagonismo, rompendo com o modelo tradicional e fortalecendo competências cognitivas, socioemocionais, empatia, pertencimento e cidadania.

O uso da linguagem verbo-visual das HQs, aliado à mediação docente e a ferramentas de inteligência artificial, ressignificou conteúdos escolares e enfrentou violências simbólicas e estruturais. Mais que um produto final, a cartilha comprova que práticas interdisciplinares, participativas e éticas podem traduzir a legislação em experiências concretas e transformadoras.

Assim, evidencia-se a replicabilidade da proposta como modelo de educação emancipadora, em sintonia com a BNCC, a legislação e o protagonismo estudantil, promovendo uma formação crítica voltada para uma sociedade mais justa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Oliveira. **Produção de histórias em quadrinhos no processo de aprendizagem da leitura e da escrita**. 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11143>. Acesso em: 19 jul. 2025.



BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1119>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 maio 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113663.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 16 de janeiro de 2024**. Criminaliza o bullying e o cyberbullying. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114811.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Apelação Cível n. 20110710371373APC**. Relator: Simone Lucindo. 1ª Turma Cível, julgado em 08 abr. 2015. Diário de Justiça Eletrônico, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/5/art20150518-05.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

CÂNDIDO, S. S. O uso de Histórias em Quadrinhos (HQs) como ferramenta para o ensino reflexivo de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II. **Anais Eletrônicos**



CARVALHO, Letícia dos Santos; MARTINS, André Ferrer P. Os quadrinhos nas aulas de Ciências Naturais: uma história que não está no gibi. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 35, n. 21, p. 120-145, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3959>. Acesso em: 19 jul. 2025.

CAVALCANTE, Willamy de Oliveira; NOVAIS, Andréa de Lima Ferreira; FERREIRA, Fernanda Carla Lima. Abordagem lúdica das questões de física: história em quadrinhos sobre cinemática. **Scientia Plena**, v. 15, n. 7, jul. 2019. Disponível em: <https://www.scienciaplena.org.br/sp/article/view/4857>. Acesso em: 19 jul. 2025.

CORDEIRO, Nilton José Neves; CARDOZO, Daucília Araújo; SILVA, Márcio Nascimento. Histórias em Quadrinhos: algumas conexões com a Matemática. **Revista Educação Matemática em Foco**, Paraíba, v. 7, n. 3, p. 110-136, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270285585.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

DINIZ, Thais Flores Nogueira; FIGUEIREDO, Camila Augusta Pires. Histórias em quadrinhos no Brasil: traduzindo a história. **Blucher Arts Proceedings**, v. 1, n. 1, p. 87-101, set. 2015. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/histria-em-quadrinhos-no-brasil-traduzindo-a-histria-20105>. Acesso em: 19 jul. 2025.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas: Verus Editora, 2012.

GOIDA, Hiron Cardoso. Pequena história das histórias em quadrinhos. In: GOIDA, Hiron Cardoso; KLEINERT, André. **Enciclopédia dos quadrinhos**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GUIMARÃES, Clayton Douglas Pereira. A responsabilidade civil das escolas na prevenção e combate ao bullying. **Revista de Direito Magis**, v. 3, n. 2, p. 109-128, 2025. Disponível em: <https://periodico.agej.com.br/index.php/revistamagis/article/view/58>. Acesso em: 19 jul. 2025.

LIMA, Antonio Alexandre; PROVENZA, Marcello Montillo; NUNES, Maria Augusta S. N. Comics as a pedagogical tool for teaching. IEEE, 2022. In: **XVII LATIN AMERICAN CONFERENCE ON LEARNING TECHNOLOGIES (LACLO)**, 2022. Disponível em:
<https://almanaguesdacomputacao.com.br/gutanunes/publications/LIMA2022.pdf>.
Acesso em: 19 jul. 2025.



SILVA, Elane Moraes; NASCIMENTO, Mineia Amorim; BARROS, Ana Alice Farias; PEDROSO, Andreza Cristiana da Silva. Bullying escolar e o sistema legal brasileiro: uma história de desafios e avanços legislativos. *Research, Society and Development*, v. 14, n. 1, e0614147925, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387784939_Bullying_escolar_e_o_sistema_le



ZAGKOTAS, V. Comics as pedagogical tools for developing emotional intelligence in primary education: theory, practices and classroom applications. **Journal of Integrated Social Sciences and Humanities - JISSH**, v. 2, n. 1, 2025. Disponível em: <https://ojs.sgsci.org/journals/jissh/article/view/398>. Acesso em: 19 jul. 2025.

